

ECOLINGUÍSTICA

(*Ecolinguistics*)

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília (UnB)

ABSTRACT

The objective of this essay is to show how Ecolinguistics and Discourse Analysis could collaborate with one another. Once the latter is widely known, I present only the former, which is defined as the study of the relationships between language and environment. Among the topics pertaining to it that have affinities with DA, I discuss prejudicious language, the discourse of polluters who intend to sell themselves as environment-friendly, as well as the subject development. Besides the impact it has on nature, I try to show that the term “development” contains in itself the idea of something undesirable at long term. The prefix “de- and its equivalents in European languages, has to do with concepts such as “destroy”. My conclusion is that a collaboration between the two disciplines would be very proficuous.

Key-words: *Ecolinguistics, Discourse Analysis, prejudice, devastation.*

RESUMO

O objetivo deste ensaio é mostrar que a Ecolinguística e a Análise do Discurso deveriam colaborar uma com a outra. Uma vez que a segunda é largamente conhecida, eu apresento só a primeira, que é definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Entre os tópicos ecolinguísticos que têm afinidades com a AD, eu discuto a linguagem preconceituosa, o discurso dos poluidores que pretendem passar-se por amigos do meio ambiente, bem como a questão do desenvolvimento. Além do impacto que ele tem na natureza, eu tento mostrar que a própria palavra ‘desenvolvimento’ já contém em si a ideia de algo que não é bom a longo prazo. O prefixo “des-“, bem como seus equivalentes nas

línguas da Europa, tem a ver com “destruir”. Minha conclusão é a de que a colaboração entre as duas disciplinas pode se bastante produtiva.
Palavras-chaves: *Ecolinguística, Análise do Discurso, preconceito, devastação.*

1. Introdução

Embora as ideias que a enformam recuem até os gregos e os pensadores orientais, a ecolinguística é uma disciplina que surgiu em data relativamente recente, ou seja, no final da década de 80 e começo da de 90. A análise do discurso, por seu turno, já tem uma tradição bem mais longa. Ela é uma dos ramos da linguística mais desenvolvidos no Brasil, apresentando diversas vertentes, como a de orientação francesa (Pêcheux, por exemplo) e a inglesa (grupo de Lancaster). Aparentemente, nada haveria que una as duas. Um dos objetivos deste ensaio é justamente mostrar que as duas disciplinas têm mais em comum do que se poderia imaginar. Assim, apresento, em primeiro lugar, um conspecto da ecolinguística e, em segundo lugar, tento mostrar alguns pontos que elas têm em comum. A análise do discurso não precisa de apresentação, sobretudo por mim, que não sou especialista no assunto, embora esteja sempre em contato com diverso(a)s colegas que a praticam no seu dia a dia acadêmico. A ecolinguística, justamente por ser mais recente, e por ser minha especialidade, será objeto de uma apresentação relativamente detalhada.

2. Conceituando ecolinguística

Começemos pela definição de **ecolinguística**, que é o estudo das relações entre língua e meio ambiente. O problema é que essa definição suscita outras questões, ou seja, a) que é língua? b) o que é meio ambiente da língua? c) o que são as relações entre língua e meio ambiente?

Segundo alguns autores, é tão difícil responder a primeira pergunta quanto seria para o biólogo dizer o que é a vida. Provisoriamente, podemos estabelecer que **língua** é o como os membros da comunidade comunicam entre si, verbal ou gestualmente.

Para se falar em meio ambiente, é preciso nos valermos da ecologia que, na verdade, não usa essa expressão como termo técnico. Em seu lugar, ela faz uso de *habitat*/nicho, biótopo e território. Assim sendo, quando eu falar em meio ambiente (MA), pode-se entender qualquer um desses conceitos. Acontece que, para se falar em MA, é preciso inseri-lo no **ecossistema**, de que os quatro conceitos ecológicos mencionados fazem parte. Ele pode ser definido como sendo o conjunto dos organismos de determinado território e suas inter-relações, tanto entre si quanto com o próprio território ou MA. Em síntese, ecossistema consta de uma **população** de organismos, um **território** e respectivas **inter-relações**. Como ecossistema é o conceito mais importante da ecologia, o primeiro passo de quem deseja praticar ecolinguística é procurar por seu equivalente na língua.

Para se chegar ao **ecossistema linguístico** basta observar a intuição do leigo. Quando ele ouve o nome de uma língua pela primeira vez, a primeira pergunta que faz é sobre que povo a usa. Diante da resposta, ele deseja ainda saber onde se localiza esse povo. O povo ou **população** (P) corresponde à população da ecologia; o onde, ao **território** (T); os padrões de inter-relação, à **língua** (L). O ecossistema linguístico básico é o todo formado por P, T e L.

Alguns autores de orientação formalista amiúde asseveram que os “interacionistas” ignoram o sistema, mas isso não é verdade no que tange à ecolinguística. Mesmo definindo língua como o modo pelo qual os membros da comunidade comunicam entre si e com o MA, portanto, partindo da interação, o aspecto sistema não fica excluído. Ele corresponde aos padrões de interação que se dão entre os membros de P. Para que qualquer **ato de interação comunicativa** (AIC) seja eficaz é necessário que seja produzido, na medida do possível, como usualmente se produzem AICs na comunidade em questão, como Eugenio Coseriu vem afirmando há muito tempo (Coseriu, 1967).

Vejam os que vem a ser meio ambiente da língua, no interior dos respectivos ecossistemas. Na verdade, existem três ecossistemas linguísticos, além do ecossistema natural. São eles o ecossistema mental e o social.

3. O meio ambiente natural da língua

O meio ambiente natural da língua é aquele que fornece as bases, as fundações para os demais. Tanto que ele às vezes é também chamado de ecossistema fundamental da língua, sendo que “fundamental” é uma alternativa para “fundacional” porque é ele que fornece as fundações (as bases) para tudo que se refere à língua. Como já está antecipado acima, esse ecossistema consta de um povo ou população (P), convivendo em determinado território (T) e falando a própria língua (L). Sem território não há população e sem população não há língua. Como vimos, essa é a concepção do próprio leigo, que sempre relaciona língua a um povo, que tem que habitar determinado território. Eis o **ecossistema natural da língua**. No interior desse ecossistema, a população e o território, juntos, constituem o **MA natural da língua**, que são a população e o território juntos. Não há uma relação direta entre linguagem e mundo (L---P---T), aqui representado apenas por T. Toda relação de L com T passa por P, como Sapir (1969) já havia notado. Isso está em conformidade com a posição de Mufwene (2001) de que L é uma espécie parasita de P.

É bem verdade que existe uma outra posição, que interpõe L entre P e T. De acordo com essa visão (P---L---T), a linguagem cria o mundo. Nós só temos acesso a ele via linguagem. Mas, trata-se de uma concepção mística, pelo menos em sua versão mais radical, como a do construtivismo radical (Glaserfeld 1989).

Vimos que tudo na língua tem a ver, direta ou indiretamente, com esse ecossistema, melhor dizendo, com as relações entre L e P, por um lado, e entre L e T, por outro, bem como entre L e PT juntos. Por exemplo, a distribuição dos indivíduos de P pelo espaço (T) determina muitas das características de L. Assim, se T é de

pequenas proporções, como sói acontecer com o T das pequenas comunidades ameríndias e africanas, L tende a ser relativamente homogênea. Se T abrange grandes extensões de terra, como o inglês, L tende a apresentar mais variação interna. Por fim, o nível intelectual e tecnológico a que os membros de P chegaram também pode afetar a natureza de L, sobretudo o vocabulário, mas não só, como, por exemplo, a morfologia, sobretudo na de formação de palavras, que tem a ver com ele.

4. O meio ambiente mental da língua

O **MA mental da língua**, parte do **ecossistema mental da língua**, é um dos mais difíceis de se estudar, quando não pelo fato de requerer aparelhagem sofisticada. Ele vem sendo estudado parceladamente por ciências como a neurolinguística e outras neurociências, pela psicolinguística, pela biolinguística e pelo conexionismo, entre outras ciências. A neurolinguística, por exemplo, investiga processos de aquisição (formação), processamento e desestruturação da linguagem.

Os itens lexicais não estão armazenados em um único ponto. Como o cérebro é uma complexa rede de conexões entre neurônios, os conceitos associados a cada um desses itens é apenas um ponto (nó) em que uma série dessas conexões se sobrepõe.

Nos últimos anos, os estudos neurolinguísticos têm experimentado um notável avanço, facultado pela introdução de técnicas não invasivas, mediante as quais se pode ver que partes do cérebro são ativadas durante a fala. Essas técnicas são basicamente de dois tipos: as hemodinâmicas e as eletromagnéticas. As hemodinâmicas são PET (*positron emission tomography*) e fMRI (*functional magnetic resonance imaging*), ambas de ótima resolução espacial, mas de fraca resolução temporal.

Quando ouvimos ou lemos uma palavra, nosso cérebro ativa não só a ela, mas também outras que podem ser (ou estão) associadas a ela. Nosso conhecimento da língua inclui não apenas as palavras

reais (ativadas), mas também as potenciais (inativadas), do mesmo modo que entendemos não apenas as frases que já ouvimos, mas todas as frases possíveis da língua, inclusive as sem sentido, como “*Colorless green ideas sleep furiously*”, de Chomsky. Isso contribui para a autonomia relativa da linguagem *vis-à-vis* MA, após formada, como se pode ver em Couto (2007: 151-155).

5. O meio ambiente social da língua

O **ecossistema social da língua**, o todo formado pela língua e a sociedade, é o mais conspícuo dos três. A tal ponto que Haugen (1972: 325) chegou a afirmar que “o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade”. Na verdade, a maioria dos ecolinguistas atuais segue essa linha, como é o caso de Fill (1993), bem como a maioria dos colaboradores das antologias publicadas até hoje (cf. Fill & Mühlhäusler, 2001; Fill, Penz, Trampe, 2002). Os trabalhos que não tratam desse MA, em geral se dedicam a questões epistemológicas da disciplina. Com isso não os estou menosprezando, mas apenas salientando a tendência geral nos estudos ecolinguísticos. A sociedade, ou seja, os membros de P organizados socialmente constitui o **MA social da língua**.

Entre os assuntos que têm sido estudados sob essa rubrica, poderíamos mencionar o discurso ambiental, o discurso dos poluidores que querem passar-se por ambientalmente corretos, o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo (machismo), bem como as ideias de desenvolvimento e o correlato de grandeza, de acordo com o qual o bom é crescer, tornar-se “grande”. Aí não entram as línguas minoritárias, os dialetos e outras variedades linguísticas. O que a ecolinguística defende é a diversidade, no sentido mais amplo do termo.

Como está implícito em Haugen, os assuntos tradicionalmente tratados nesse contexto antes da emergência da ecolinguística eram objeto da sociolinguística, tais como o multilinguismo (que inclui o bilinguismo), a variação linguística e o contato de línguas. Os estados

que têm muitas línguas em seu território precisam decidir (e impor) uma **língua estatal** ou oficial. Isso é um dos tópicos do planejamento linguístico, ao qual o próprio Haugen dedicou vários estudos.

É o ecossistema social da língua, juntamente com o respectivo MA, que mais aproxima a ecolinguística e a análise do discurso. Como já foi mencionado acima, muitas questões estudadas pela última são no também pela primeira. Nas três seções seguintes vou discutir a linguagem preconceituosa, a linguagem dos poluidores e devastadores do meio ambiente, bem como a ideia de desenvolvimento.

6. Linguagem preconceituosa

Pode parecer estranho, mas na linguagem quase todos nós podemos ser reacionários, quando não claramente fascistas. Quem nunca se pilhou, mesmo alguns linguistas “liberais”, dizendo que construções como “nóis vai trabaiá” estão erradas? Qual professor de português, e eu o fui por muitos anos, nunca disse que “assistir a um filme” é melhor do que “assistir um filme”, mesmo sabendo que o que todo brasileiro usa é a última regência? Enfim, esses são apenas dois exemplos de julgamentos da linguagem popular, regional e/ou rural do Brasil como se fosse de alguma forma inferior à que o sistema escolar tenta impor, via gramática normativa. Mas, o preconceito na linguagem não se limita a esse tipo de julgamento. Ele se manifesta sob muitas outras formas.

Como se pode ver em Couto (1993) e em Bagno (1999), variedades linguísticas como as recém-mencionadas seriam “erradas”, um falar xacoco (ou enxacoco), como se dizia antigamente, só para os juízes do certo e do errado. Porém, se quisermos continuar usando expressões como “falar certo” e “falar errado”, são pessoas presumivelmente “cultas” que cometeriam erros de linguagem. Entre esses “erros” estariam hipercorreções da elite do tipo *periculosidade* por perigo, *miserabilidade* por miséria, *credibilidade* por crédito etc. (Couto, 2005: 91), além de outros exemplos como os de Couto (1985). Quanto aos representantes do povão, as hipercorreções que

eles cometem se devem à estigmatização de sua linguagem. Com isso, tentam se “corrigir”, quando falam com um habitante da cidade, tentando adaptar-se à presumível linguagem dele, dizendo coisas como *malmita* (marmita) e *telha* (teia de aranha), uma vez que sua iodização da lateral palatal (*trabaiá*), rotacização do “l” em posição pos-vocálica (*carça* ‘calça’) e como segundo elemento do grupo *muta cum liquida* (*praca* ‘placa’) são ridicularizadas pelos urbanitas.

Grande parte dos preconceitos tem sido designada por uma palavra terminada em -ismo. O primeiro que eu gostaria de discutir é o **antropocentrismo**, ideologia que consiste em pôr os humanos no centro do universo, sendo que as demais espécies, bem como tudo mais, existem para servi-los, como já dizia Protágoras. Uma das tônicas do livro de Alwin Fill (1993) é a de que todas as línguas existentes veem o mundo de uma perspectiva antropocêntrica. Isso significa que o vocabulário, e às vezes até mesmo partes da gramática, se referem ao mundo com base na utilidade (e seu contrário) que a coisa designada possa representar para os falantes. Com relação ao mundo inorgânico, frequentemente consideramos como *tempo bom* os momentos em que o sol está brilhando. Quando está nublado e/ou chovendo, teríamos *mau tempo*. Nesse caso, seria uma utilidade aparente, pois é a chuva, combinada com a energia solar, que faz a vida brotar na terra. Onde não há chuva não há vida. Aqueles que acham que o bom é não ter chuva deveriam ir para o deserto do Sahara.

No âmbito da vida vegetal, usamos termos pejorativos, como *erva-daninha*, também chamada de *praga*. Normalmente, dividimos as espécies da flora em *plantação* e *mato*. Em certo sentido, esses três termos (*erva-daninha*, *praga*, *mato*) são sinônimos, mas há matizes de significação entre eles. Por exemplo, *praga* é aquela espécie que teima em nascer junto com uma plantação cultivada, como milho, arroz etc. O termo *erva-daninha* já fala por si: é aquela planta que “prejudica” o que estivermos cultivando. *Mato* seria o termo menos forte dos três: designa simplesmente todo tipo de vegetação que “não interessa” diretamente aos humanos.

A atitude negativa contra o mundo vegetal se manifesta por outros meios. Uma vez que erva-daninha, praga ou mato “não servem

para nada”, é preciso *limpar* o terreno para o plantio de espécies “nobres”, ou seja, aquelas que nos são úteis. Esse conceito deixa implícito que a presença de plantas que não nos são úteis faz com o terreno esteja *sujo*, sendo que é justamente a sujeira que contém nutrientes para as plantas. Sem ela, há a necessidade de adubos químicos, além dos pesticidas e até herbicidas. Quem primeiro chamou a atenção para esse fato foi Rachel Carson (1962).

Um tópico antropocêntrico recorrente na pejorativização de animais é o uso de seu nome para designar qualidades ruins. Entre os diversos termos, temos *animalesco*, *bestial*, *selvagem*, *simiesco*, *burro*, *porco*, *cavalo*, *vaca* e muitos outros. É bem verdade que alguns têm conotação positiva, como *garanhão*, *cobra*, *leoa*, *leão*, *gavião*, *águia*. Trata-se de exceções que confirmam a regra, sendo que algumas delas se enquadrariam em outras categorias, como a do machismo (*garanhão*), portanto, não são tão positivas assim.

Passemos ao **etnocentrismo**. Toda língua é até certo ponto etnocêntrica. Os gregos, por exemplo, se consideravam civilizados, e todos os demais povos eram bárbaros, uma vez que não os entendiam. A palavra “bárbaro” é uma onomatopeia justamente para designar os povos cujas línguas eles não entendiam, que “não tinham língua”, apenas faziam [brbr]. Falar, para eles, era falar grego. Para os etnocêntricos, certo é o que pertence a sua cultura. O que existe em outras culturas, mas não na sua, é errado, é feio, está fora dos “padrões”.

O **androcentrismo** é outra manifestação de preconceito linguístico. De um modo ou de outro, todas as línguas são androcêntricas. Isso porque o homem geralmente tem tido mais poder do que a mulher, o que desembocou nas sociedades patriarcais. Uma das expressões que revelam androcentrismo e/ou sexismo, é o masculino generalizante, que engloba o feminino. Assim, se em uma sala de aula de 200 estudantes, apenas um é homem, fala-se em *os alunos*. Só dizemos *alunas* se não houver nenhum aluno presente. Referir-se ao órgão sexual masculino frequentemente é algo “engrandecedor”, como *saco*, *caralho*, *pau*, *cacete*, *bilau* e o mais comum *pinto*. Tanto que muitos homens estão sempre pondo a mão no próprio pênis em diversas situações, às vezes

até mesmo em público, com o fito de checar se sua masculinidade ainda está no lugar. O órgão sexual feminino é muito mais tabu do que o masculino. Por exemplo, termos como *perereca*, *perseguida*, *xoxota* e *florzinha* até que podem ser ouvidos. Porém, dificilmente entrariam em expressões fixas, como os masculinos podem entrar, a exemplo de *grande pra caralho*, *alto pra cacete* e outras, além da exclamação *caralho!* Tenho certeza de que muita gente se sentirá um tanto escandalizada ao ler a palavra *buceta* em um texto científico. Com efeito, ela parece ser o maior tabu linguístico do português brasileiro, como disse Hebe Camargo. Por que não temos o mesmo sentimento frente ao nome do órgão masculino? A resposta é o **machismo**, subramo do androcentrismo, que visa a inferiorizar a mulher.

O **racismo** é outra atitude que se manifesta na língua com muita frequência. Expressões pejorativas para com as pessoas da raça negra são muito comuns. É o caso da expressão *negro, quando não caga na entrada, caga na saída* que, a despeito de felizmente estar caindo em desuso, ainda se ouve por aí. Uma outra é *Fulano é inteligente*; resposta: *Ele pode ser inteligente pras negas dele*. O cabelo do negro é *ruim*, o que implicaria que o do branco é “bom.” Quando alguém tenta remediar a situação, ao ser pilhado usando expressões pejorativas como *crioulo*, a emenda fica pior do que o soneto, como ao se substituir “negro” por *escurinho*. O movimento negro hoje faz questão do nome “negro”, sendo que “preto” seria o nome de uma cor. Por outro lado, *a coisa está preta* parece não conter racismo. Parece que essa expressão tem a ver com a escuridão, por oposição à claridade. A escuridão nos mete medo, independentemente de raças.

Outras etnias também são discriminadas. É o caso dos índios. No Brasil, *fazer um programa de índio* é o fazer-se algo sem sentido, que não vale a pena. Índio é do mato, opondo-se ao “branco”, que é da cidade, logo, “civilizado”, palavra que, por sinal, tem origem preconceituosa, pois remonta a *civis* do latim, que significa justamente cidade. Todas as designações etnocêntricas por definição vão na direção do racismo.

Temos também o **classismo**, que talvez fosse melhor ser chamado de **aulicismo**, ou seja, hábitos e costumes dos áulicos,

habitantes da corte. Eles se intitulavam *cortesés*, sendo que o habitante da vila era o *vilão* ou, então, o morador do campo é uma pessoa *rude*, *rústica*, palavras que têm a mesma origem que “rural.” Uma parte da população é a *elite* (o *escol*), oposta à *ralé*, à *plebe* ou ao *populacho* (a *escória*). Poderíamos aduzir ainda *pagão*, *gentio* e outros, do lado rural, tudo oposto à “polidez” dos áulicos. Modernamente, como não há mais corte, opõe-se o campo à cidade. Assim, os habitantes das cidades, os urbanitas (ou urbícolas) seriam os *urbanos*, que agiriam com *urbanidade*, por oposição ao comportamento dos *rudes*, *matutos* (do mato) e *rústicos* habitantes da zona rural, os rurícolas. No Brasil, especificamente, termos como *capiau* e *jeca* são praticamente sinônimos de rude e rústico. Seriam pessoas que não têm delicadeza, que “não têm bons hábitos”, “atrasadas.” O que acontece é justamente o contrário. O rurícola vive em contato direto com a natureza. Em contato direto com o sol, com a chuva, com o vento, com a terra, com as plantas, com os animais. Ele vive em relativa harmonia com todos esses elementos. Como consequência disso, tem uma linguagem direta para se referir a todos eles e a outros aspectos do mundo, sem subterfúgios.

No que tange a partes do corpo, o rurícola não tem os pudores e pruridos hipócritas dos urbícolas, e chama determinadas partes do corpo como *bunda*, *cu* e *pinto*. Atos fisiológicos como *cagar*, *mijar* e *peidar* são rotineiramente assim designados, sendo que os urbícolas, com seus falsos pudores, se refugiam em eufemismos, que seriam uma espécie de apelido para essas coisas e atos. Assim, para *bunda* usam *bumbum*; para *cu*, *ânus*; para *pinto*, *pênis* ou *passarinho*, entre outros, pegando carona na linguagem infantil ou na científica. É interessante ressaltar que, quando o rurícola usa palavras como essas, ele o faz sem nenhum riso nos lábios, sem nenhuma malícia. Afinal de contas, trata-se de atos rotineiros, que todo mundo normal pratica. Além do mais, tanto *peidar* quanto *soltar pum* referem-se à mesma coisa, da perspectiva semasiológica. Por outras palavras, o *pum* de um urbícola certamente não é menos fedorento do que o peido de um rurícola, sobretudo se levarmos em conta que o primeiro come muita coisa química, artificial, não orgânica.

É interessante notar que os atos praticados pela boca e outras partes do corpo normalmente não têm a mesma conotação pejorativa, pelo menos não no mesmo grau. Tanto que os urbanitas não criaram um eufemismo para *arrotar* nem para *vomitar*. Uma exceção seria *suar*, pois pinçaram o neologismo latino *transpirar*, também de valor eufêmico. Parece que a única secreção corporal que não é tida como “feia” é a lágrima. Ela representaria “emoções”, não algo do corpo físico propriamente dito: as pessoas têm horror a tudo que tenha a ver com matéria.

A linguagem dos rurícolas é direta, sem subterfúgios porque eles não tenham tempo para ficar “inventando modas”, como parecem ter os urbanitas. É uma linguagem que não suprime o referente, encara-o de frente, enquanto que os urbanitas, via de regra, o omitem. Estes últimos falam entre si, conversam, como se não houvesse um mundo externo à linguagem, ao qual as palavras que usam se refeririam, pelo menos originariamente.

Gostaria de abrir um parêntese para dizer que considero expressões como “dialeto padrão” e “língua padrão” são preconceituosas. Por isso, prefiro dizer **dialeto estatal**, por oposição à linguagem coloquial urbana e aos dialetos rurais e regionais. Nos casos de multilinguismo, pode-se falar em **língua estatal**. Com isso, fica claro a que o conceito veio, ou seja, a serviço do estado.

Aqui eu gostaria de salientar uma ideia que vai escandalizar os normativistas. Dado o fato de que a realidade, tanto a natural quanto a social, é dinâmica, está sempre evoluindo, também a língua evolui, a fim de continuar sendo veículo adequado de expressão da população que a formou e a usa (Coseriu, 1967). Se ela parasse no tempo como querem os normativistas reacionários, deixaria de ser o veículo ideal para expressar o mundo dessa população. Pois bem, é justamente do embate entre as diversas variedades, pelo surgimento de novos modos de encarar o mundo, de novidades tecnológicas e comportamentais, é que surgem as inovações na língua. As inovações que vêm das elites em geral são ilegítimas, pois essas elites têm os olhos voltados para os Estados Unidos e passam a ver o mundo pela ótica desse país. Daí os inúmeros americanismos no português

brasileiro. Nem é preciso dar exemplos, pois eles abundam em todos os setores.

As inovações que vêm espontaneamente das bases, do povo, são sempre legítimas, e frequentemente pegam, a despeito de os normativistas as verem quase sempre como “erros.” Vejamos apenas um exemplo. A palavra “menor” é a forma comparativa de inferioridade do adjetivo “grande.” Como ela passou a se aplicar à idade das pessoas, expressões como “ele é menor” ficou ambígua, pois poderia significar tanto “menor de idade” quanto “menor em estatura.” Para desfazer a ambiguidade, o povo criou espontaneamente a expressão “de menor”, com o que o significado “menor de idade” é expresso claramente como “ele é de menor.” Mas, já vi muito normativista condenando essa expressão. Como o ex-presidente ditador militar João Batista Figueiredo, eles não apreciam muito cheiro de povo.

Esses compulsivos caçadores de erros na linguagem dos outros, em sua ânsia de julgar o que consideram certo e o que consideram errado, acabam se traindo e cometendo os mesmos “erros” que imputam aos outros. Alguns, mais medrosos de ser pilhados cometendo os “erros” que mostram na escrita dos outros, só escrevem com frases curtas, do tipo sujeito-verbo-complemento. Evitam períodos mais longos, usando um estilo *staccato* dos mais chatos para o leitor. Em Couto (1993) esse assunto está discutido mais pormenorizadamente.

Uma vez que nossa língua de certo modo reflete o mundo filtrado pela comunidade de falantes, o modo como falamos do mundo até certo ponto reflete o como agimos sobre ele. Em uma cultura (e língua) em que há expressões pejorativas contra determinado segmento social, a tendência é tratar mal os cidadãos a ele pertencentes. Por isso Alwin Fill nos instiga a redenominar todos os coisas e fenômenos que são designados pejorativamente. É preciso empregar novas metáforas e expressões idiomáticas criativamente para representar a natureza e nossas relações com o mundo natural. Uma planta que consideramos simplesmente como “mato” (praga, erva-daninha) geralmente tende a ser maltratada (exterminada) por nós. Tendemos a matar e/ou maltratar todo e qualquer animal que classificarmos como “nocivo”, “feroz”, “venenoso” (como as cobras).

7. Crítica ao discurso dos poluidores e devastadores do meio ambiente vital

O modismo ambientalista pode esconder um lado fraudador e hipócrita, mas revela uma certa consciência que assomou à mente de muitas pessoas, sobretudo a partir dos anos sessenta, no início dos quais apareceu o livro pioneiro de Rachel Carson *Silent spring* (1962), ou seja, primavera silenciosa. Por isso, é preciso examinar o discurso de indústrias e firmas poluidoras por natureza que querem se fazer passar por “ecoindústrias”, por “ecofirmas”, por indústrias que tratariam bem o meio ambiente. Neste contexto incluem-se os maus tratos aos animais, sobretudo os que são criados em confinamento, com o fito de se obter mais lucro em menor tempo e com o menor investimento. Podemos incluir aí as mentiras e falácias do mercado e dos políticos.

De acordo com Halliday (2001), os discursos tecnocrático, burocrático e científico são herméticos, com o que os assuntos se tornam obscuros. Uma vez que “são obscuros, não devemos ter esperança de entendê-los, de modo que a solução deve ficar com os especialistas” (p. 190). Em parte isso se deveria, segundo ele, à gramática nominalizadora e metafórica do século XX. De modo que a chamada “sociedade da informação” deveria ser chamada de “sociedade da desinformação.” A proposta de Halliday afirma que “a nominalização foi funcional para a evolução da ciência experimental, possibilitando o desenvolvimento de taxonomias técnicas e desvelando as relações existentes entre os processos, mas não é adequada para representar a visão de mundo mais relativística que está emergindo da ciência moderna porque representa um mundo de Coisas, não de Processos.” Nominalizações como *perda de habitat*, *extinção de espécies* e *destruição da floresta tropical* omitem o agente, o que ocultaria a culpa de quem causa tudo isso.

Vejamos agora o discurso de uma firma, a Agrocerec, fundada em 1945 sobretudo para o “melhoramento” de sementes de milho híbrido, embora hoje ela se dedique a outras atividades, todas voltadas

para a agropecuária. Ela está presente na região centro-sul do país, compreendendo seis empresas, algumas delas associadas a empresas estrangeiras. O discurso aqui analisado, ainda que perfunctoriamente, foi tirado da página da empresa na *internet* (www.agroceres.com.br).

Logo na página de abertura, podemos ler que o objetivo é “fazer melhor, mais rápido, com economia”, “algo novo, diferente, mais eficaz e de maior valor para a sociedade.” Continuam seus criadores afirmando que a Agroceres “revolucionou o mercado de sementes no Brasil.” Tudo isso é muito bonito, e inevitavelmente bem-vindo diante de uma crescente demanda por produtos alimentícios. O problema é que o objetivo da empresa não é alimentar mais pessoas, mas obter lucro. Tanto que no mesmo lugar aparece a palavra *agribusiness*, que deixa claro que o que ela pretende é fazer negócios, no caso, negócios no campo da agropecuária, “principalmente na suinocultura e avicultura.” O texto conclui afirmando que “agora, quando está voltada exclusivamente para a produção animal e proteção fitossanitária, esta filosofia de ação está mais viva que nunca na Agroceres”.

É bem verdade que afirmam que procuram uma “produção em sistemas mais sustentáveis dos pontos de vista ecológicos.” No entanto, fica difícil entender o que para eles significam as expressões “sustentabilidade” e “dos pontos de vista ecológicos.” Sabemos que uma filosofia como a da Agroceres é melhor do que a de um capitalismo selvagem, com perdão dos habitantes das selvas. Infelizmente, porém, sua prática fica no nível de uma ecologia rasa, que não vai ao fundo da questão. Portanto, ao dizerem que procuram ser corretos “dos pontos de vista ecológicos”, aparecem como ecologicamente benignos perante aqueles que ainda não fazem distinção entre ecologia profunda e ecologia rasa (Naess 1973).

No caso específico da “produção”, não criação, de suínos, em 1986 a empresa “lança o macho AGPIC 231”, que apresenta “ganhos em eficiência de crescimento.” Por outras palavras, que os porcos cresçam rapidamente, a fim de que o lucro seja maior. Tanto assim que a firma se vangloria de ser a “primeira a usar a técnica do Desmame Precoce Medicado em produção de suínos, no Brasil.” Não se respeita o processo natural de nascimento, amamentação, crescimento e

engorda dos animais. A despeito disso, afirmam que têm “respeito Ambiental.” Literalmente, a página da empresa nos informa que “as empresas têm compromissos para com o ambiente. A Agroceres segue um caminho sistemático para respeitar esse compromisso, com ações que ultrapassam a visão unilateral de meio ambiente, considerando-o agente de competitividade, incorporando a proteção ambiental como estratégia na sua estrutura de negócios, através de procedimentos que vão desde a identificação dos aspectos e impactos ambientais associados aos seus processos, até a documentação de todos os acidentes e incidentes ambientais ocorridos.” Ela só não nos diz como consegue conciliar esse desiderato com os desígnios maiores da empresa, que é “otimizar”, ou seja, obter o maior lucro possível no menor espaço de tempo possível. Nos termos da própria empresa, “o objetivo é fazer com que os animais, através da nutrição, expressem todo seu potencial genético para produção de carne e leite de forma rápida e econômica.” Nesse sentido, “cada produto é elaborado a fim de garantir máxima produtividade, excelente taxa de fertilidade e otimização da relação custo benefício”.

Não há preocupação com a vida dos animais, como seres vivos que são, que merecem respeito, mesmo quando são fontes de proteínas para nós. Por exemplo, alguém já disse que o leão não sente ódio pela zebra ou gazela que captura e estraçalha com suas presas para se alimentar. Tanto que, antes de iniciar a ingestão da carne, eles as lambem, como se estivessem agradecendo por estarem matando a fome leonina.

Em vez da maximização, defendida pelas indústrias, deveríamos pensar em uma minimização, tanto que, tomando carona em princípios nascidos na história do marxismo, até a moda já falou em minimalismo, embora de modo um tanto esnobe. Para os produtores, divulgadores, vendedores e consumidores de modismos, “minimalismo” é aquilo que consideram como tal, é um discurso, mas um discurso que omite o referente, portanto, minimal é aquilo que o mercado diz que é minimal. Não se trata de uma redução de tudo ao mínimo possível. Esse discurso enganador só é possível porque partem da visão segundo a qual só temos acesso ao mundo via

língua, nós não o vemos e percebemos diretamente nem, muito menos, a língua existe para que falemos dele. Pelo contrário, nessa mundividência, só vemos aquilo que a língua nos mostra. Portanto, se os “conhecedores” da moda “dizem” que isso ou aquilo é bom, então é bom. Não temos como checá-lo, uma vez que não temos acesso direto ao mundo.

Nas pequenas fazendas, que passam de pai para filho, pratica-se, tácita e naturalmente, a política dos três erres: redução, reutilização e reciclagem. O objetivo é produzir o suficiente para o sustento da família, processo no qual se reutiliza tudo que for reutilizável e se recicla tudo que for reciclável. Os ameríndios, por exemplo, sempre deixavam a terra após o plantio por alguns anos, plantando em outros lugares. O próprio homem rural brasileiro, pelo menos antes da entrada da mecanização da agricultura, dizia que era preciso deixar a terra descansar, considerando-a um ser vivo.

Tudo que foi dito até aqui sobre alterações (agressões) ao meio ambiente se referia ao MA natural. No entanto, o mundo capitalista globalizado atual conseguiu inventar agressões inclusive ao MA mental e ao MA social. Exemplos de agressão ao MA mental seriam a vida estressante que levamos, o som de fones de ouvido em volumes acima dos decibéis aceitáveis pelo ouvido e as caixas de som que fazem tremer os vidros das janelas. Agressão ao mundo social existe em grande quantidade, como a violência, o roubo, o sequestro e outros. Mas, não vou desenvolver esse tema aqui.

8. Desenvolvimento

Outro tema que pode ser compartilhado por ecolinguistas e analistas do discurso é a crítica ao desenvolvimento a todo custo. Com efeito, cada época tem sua palavra-chave, que funciona como uma espécie de deus a ser venerado. Desde aproximadamente o mercantilismo do final do século XVII, passando pelo nascimento da ciência econômica no século XVIII e pelo século XIX, a palavra mágica foi “progresso”, como se pode ver na divisa positivista

da bandeira brasileira *Ordem e Progresso*. Isso perdurou mais ou menos até a primeira metade do século XX. Assim, “até 1945, o *slogan* corrente na visão política de longo prazo nos países ricos era progresso. Quando, no período 1945-1965, a ênfase passou para uma visão global, o que incluía os países pobres, a máxima central passou a ser desenvolvimento. Os países pobres eram chamados de países em desenvolvimento; os países ricos, países desenvolvidos” (Naess 2005). É preciso acrescentar, porém, que, pelo menos inicialmente, os países pobres passaram a ser chamados de subdesenvolvidos, ou seja, atrasados, e até de países de terceiro mundo. O fato é que a partir do início da segunda metade do século XX, desenvolvimento passou a ser o desiderato de todos os países, e até de grupos e indivíduos. A palavra “desenvolvimento” está intimamente associada a crescimento, que seria o desenvolvimento de um estado de pequenez para outro de grandeza, como se pode ver em grande parte da literatura ecolinguística.

Vejam os o que ocorreu na região de Brasília e entorno com a chegada do “desenvolvimento”. Antes da fundação de Brasília, havia nessa região um ecossistema em homeostase, autossustentável e em perfeita harmonia, que servia de *habitat* para lobos-guarás, emas, veados, tatus etc. Com a inauguração de Brasília, começou a haver uma imigração descontrolada. A população do DF passou de 140.164, em 1960, para 2.051.146, em 2000. A cidade do entorno goiano chamada Águas Lindas de Goiás tinha, em 1991, 23 mil habitantes. Em 2000 sua população já subira para 105 mil. Diante da corrupção e da falta de planejamento, começou a pipocar invasões por todo lado. O nome da maior cidade-satélite, Ceilândia, deriva justamente da sigla para “Campanha para a Erradicação das Invasões” (CEI), mais “-lândia”, sufixo formador de nomes de lugar. Uma das “invasões” mais recentes é a que ficou conhecida como Itapuã, ao lado de outra mais antiga, de nome Paranoá. A população de Itapuã pulou de zero a cerca de 100 mil habitantes em menos de dez anos. Seus ocupantes tiveram o apoio de um conhecido político que, entre inúmeros outros que infestam o Distrito Federal e o Brasil, se elegeu explorando a pobreza. Eles se intitulam “amigos dos pobres”, sendo que, na verdade, são amigos é

da pobreza. Só havendo pobreza conseguem eleger-se; as pessoas que têm acesso à informação gostariam de vê-los na cadeia.

Uma das consequências mais conspícuas do “desenvolvimento” que foi trazido para Brasília é que cerca 60% do cerrado já foi devastado. Dos restantes 40%, apenas 10% permanecem como no original. No DF, a área destruída chega a 80%. Além disso, à medida que as cidades incham e a demanda por água aumenta, a quantidade de água potável disponível diminui, fato que está ocorrendo no mundo inteiro. Em 2005 houve a maior seca dos últimos 60 anos na Amazônia. O rio Manaquiri chegou a ficar praticamente seco. Os ribeirinhos não tinham mais peixes para se alimentar. Os poucos que ainda lutavam para sobreviver em pequenas poças d’água lamacentas podiam ser catados com a mão.

O que tem havido no DF não é urbanização, por oposição à vida no campo, mas inchaço das cidades e favelização, fato que está intimamente relacionado com a questão da superpopulação, como não se cansam de nos dizer o criador da ecologia profunda, Arne Naess, e o ecoeconomista, Lester Brown. De acordo com este último, “a partir de 1950, acrescentamos mais pessoas à população mundial do que durante os 4 milhões de anos [precedentes]” (Brown 2003: 11). Hoje, somos cerca de 6 bilhões, mas, em 2050, seremos de 7 a 10 bilhões de pessoas a exigir seu quinhão do globo terrestre. O autor acrescenta que “a maioria dos pobres do mundo vive em países onde as populações continuam a crescer rapidamente, países onde a pobreza e o crescimento populacional se reforçam mutuamente” (p. 73).

Se na época do “desbravamento” do Planalto Central (final da década de 50 e começo da de 60), “não havia nada na região” (o que significa que não havia humanos e toda a parafernália que trazem consigo), a consciência ecológica que começou a surgir, pelo menos após Carson (1962), levou ao menos uma minoria de pessoas mais conscientes a reconhecer que o cerrado tem vida. Como disse o poeta Nicolas Behr, “o cerrado é um verdadeiro milagre, um milagre de adaptação realizada durante milhares e milhares de anos a condições muito difíceis. Por isso, cada planta traz uma poderosa informação

genética dessa resistência” (*Jornal da Comunidade*, 10-16/11/2005, p. B5).

Somos levados à conclusão, inevitavelmente, de que o “desenvolvimento” que está se dando no Planalto Central tem piorado a vida da grande maioria de seus habitantes. A vida “simples” e talvez até bucólica que se levava antes do “desenvolvimento”, no fundo no fundo, era muito melhor do que a poluição, a ocupação de vias públicas por desvalidos, o medo da violência e outras mazelas atuais. Hoje, a classe média é prisioneira nas fortalezas em que se transformaram suas casas. Só que, nem assim conseguem pôr-se a salvo da violência, que é apenas a ponta do *iceberg*.

Analisemos linguisticamente a palavra “desenvolvimento”. Estatisticamente, os prefixos *des-* e *re-* são os mais frequentes do português, sendo o primeiro ligeiramente mais comum em variedades mais coloquiais e o segundo nas mais formais. Eles expressam os dois modos mais comuns de intervirmos no mundo. Podemos partir de algo que fizemos ou que a natureza criara (AÇÃO), mas, algum tempo depois, podemos desfazê-lo (DES-AÇÃO). Se constatarmos que não devíamos tê-lo desfeito, podemos refazê-lo (RE-AÇÃO). Esse processo reflete o que se passa na própria natureza, que evolui por ciclos. Por uma série de embates de seus elementos componentes, pode surgir um novo organismo ou uma nova rocha, por exemplo (AÇÃO). Da continuidade das inter-relações desses elementos, o ser assim formado pode ser desfeito, morrer, desmanchar-se (DES-AÇÃO). Como a evolução continua, pelo menos parte desses elementos é aproveitada para a formação de novos seres (RE-AÇÃO). Enfim, a natureza está sempre reciclando a matéria que a compõe. Ela fez os ecossistemas em um lento processo evolutivo de milhões de anos, mediante o ciclo “fazer > desfazer > refazer” (reciclagem), como reza a Lei da Conservação da Massa, formulada por Lavoisier (1743-1794), segundo a qual, na natureza “nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”.

Foi o advento dos humanos que perturbou a harmonia ecossistêmica dessa cadeia evolutiva, ou seja, eles desfizeram o que a natureza levava tanto tempo para fazer. Só que o refizeram

tendo o mercado como alvo, não a ecologia, a vida. Esperamos que os administradores acordem e voltem ao ponto em que desfizeram a harmonia e comecem pelo menos a tentar consertar a degradação que temos levado ao meio ambiente, tentando recuperar, ainda que precariamente, a harmonia destruída, ou seja, tentando refazer o que a natureza fizera, se é que ainda há tempo para isso. Segundo Brown (2003: 3), os “ecólogos, pegando a dica da natureza, pensam em termos de ciclos, enquanto que os economistas são mais propensos a pensar em termos lineares”.

Como ficou sugerido, o prefixo DES amiúde indica algo ruim, associado a *desfazer* e *destruir*. Quando aplicado à palavra “desenvolvimento”, ele mantém essa conotação negativa, destrutiva. Vejamos primeiro o contrário de algo “desenvolvido”, isto é, algo “envolvido.” A ideia de “envolver” tem a ver com “embrulhar”, com “proteger.” Tanto que o equivalente em alemão (*wickeln*) significa, além de “envolver”, também “pôr fralda na criança”, isto é, protegê-la. Dar um abraço é envolver um ente querido com os braços. “Envoltório” é uma capa, também para proteger, como a casca de uma árvore que envolve o tronco para protegê-lo das intempéries. A definição de número 3, do dicionário *Houaiss* afirma que “envolver” é “pôr-se fora de perigo ou de situação embaraçosa; proteger-se, resguardar-se, preservar-se”.

O oposto de envolvimento, ou seja, “desenvolvimento” é mais compatível com uma visão fragmentada, mecanicista do mundo. Assim, “desenvolver” algo é tirar o “invólucro” (a proteção) que o tem protegido, que o mantém inteiro como formação ontológica, como ser, como organismo. No caso que nos interessa, “desenvolver” um ecossistema é intervir nele. Ora, sabemos que toda intervenção em determinado ecossistema, como a introdução de espécies exóticas ou supressão de determinada espécie, causa um desequilíbrio, uma perturbação em sua homeostase. Portanto, “desenvolver” um ecossistema é tirar sua autodefesa, é fragilizá-lo. Vê-se que, não só etimológica e morfológicamente, mas também semanticamente, o prefixo DES indica algo ruim no que concerne à vida. Em síntese, o ecossistema anterior do Planalto Central era um todo

harmonioso, como uma totalidade envolta em suas inter-relações autossustentáveis. O “DESEnvolvimento” violentou sua integridade, DESfê-lo, DESEnvolveu-o.

A despeito do discurso do desenvolvimento, “desenvolvimento” nos termos que tem sido praticado não só no Planalto Central, mas em todo o mundo, no bojo do rolo compressor da globalização, melhora as condições de vida de uma pequena minoria privilegiada, a curto e talvez médio prazos, mas piora-a para a grande maioria, além de inviabilizar a vida na face da terra definitivamente para todos a longo prazo. Uma das tarefas da ecolinguística é chamar a atenção para as falácias do discurso do “desenvolvimento”, é desmascará-lo, reinstaurando a visão holística, desfeita a partir da visão mecanicista do mundo. Isso já está inscrito na própria formação original da palavra “desenvolvimento”.

A partir do famoso Relatório Brundtland (1987), passou-se a falar em “desenvolvimento sustentável.” Trata-se de um tipo de “desenvolvimento que procura atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem suas próprias necessidades”. Só que, “desenvolvimento sustentável” também é “desenvolvimento.” Também ele implica intervenção, frequentemente irreversível, no meio ambiente. Mesmo sendo seus defensores menos inconscientes do que os partidários do “desenvolvimento”, o “desenvolvimento sustentável” também altera a evolução natural dos ecossistemas. Nos termos de Arne Naess, ele estaria no nível da ecologia rasa, que “luta contra a poluição e a exaustão dos recursos”, embora seu objetivo seja “a saúde e a afluência das pessoas nos países desenvolvidos” (Naess, 1973: 95).

Alguns autores têm relacionado “desenvolvimento” ou crescimento econômico a câncer. Como se sabe, este é resultado do desenvolvimento exagerado de células, um crescimento histológico acelerado. No entanto, dizem esses autores, nenhum “desenvolvimentista” gostaria de ver essa comparação. Ele tem medo dela, uma vez que as ideias que defende vão contra o respeito a todas as formas de vida, vale dizer, contra a vida a longo prazo. Para ele, a

comparação é um absurdo. O “desenvolvimentista” só vê os próprios lucros a curto prazo.

9. Observações finais

No bojo do processo mais amplo de globalização, o próprio conhecimento está se tornando cada vez mais fragmentado. Há muitos superespecialistas em determinadas áreas que não têm a menor ideia sobre o contexto maior em que sua especialidade se insere. Na própria linguística vemos o processo fragmentador de áreas crescer a cada ano que passa. Há setores da linguística que teriam tanta dificuldade de dialogarem entre si quanto haveria entre filosofia e química, por exemplo.

Após uma apresentação relativamente detalhada da novel disciplina ecolinguística, tentei mostrar que há muitas áreas em que se poderia estabelecer um profícuo diálogo entre ecolinguística e especialistas em análise do discurso. Isso seria uma pálida tentativa, mas seria tentativa, que vai na direção de reverter essa fragmentação. A ecolinguística introduz uma visão holística de seu objeto de estudo. Ela não o separa daquilo a que está ligado, como, por exemplo, seu meio ambiente, seu entorno. Aliás, ela é um arcabouço geral que permitiria praticar inclusive análise do discurso. O ecolinguista pode estudar até sintaxe gerativa minimalista. Só que, nesse caso, ele não esqueceria que as frases são como folhas, que pertencem a um galho, que pertence a uma árvore, que faz parte de uma floresta, que faz parte de todo um ecossistema. A ecolinguística permite estudar um fenômeno específico da linguagem a partir de um ponto de vista unificado. Ela é uma plataforma para se estudar a linguagem, um novo paradigma para as ciências da linguagem.

Recebido em: setembro de 2009
Aprovado em: dezembro de 2009
hiho@unb.br

Referências Bibliográficas

- Adams, Carol. Ecofeminism and the eating of animal. *Hypatia* 6,1, pp. 125-145.
- Bagno, Marcos. *O preconceito linguístico*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981, 2ª ed.
- Brown, Lester R. *Eco-economy: Building an economy for the earth*. New York: W. W. Norton & Co. 2001 (Disponível: www.wwiuma.org.br, acesso: junho de 2005).
- Carson, Rachel. *Silent spring*. Greenwich, Conn.: Fawcett Publications, 1962.
- Coseriu, Eugeniu. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Gredos, 1967, 2ª ed.
- Couto, Hildo Honório do. *Linguística e semiótica relational*. Brasília: Thesaurus Editora, 1982.
- _____. A propósito do certo e do errado em linguagem. *Estudos lingüísticos (GEL) XI*, 1985, pp. 89-98.
- _____. *O que é português brasileiro*. S. Paulo: Editora Brasiliense (Coleção "Primeiros Passos", n. 164), 1993, 7ª ed.
- _____. A comunicação homem-animal numa fazenda de Minas Gerais. *Cadernos de linguagem e sociedade (UnB)* 1,1, 1995, pp. 40-48.
- _____. Descrioulização e insegurança linguística no crioulo português da Guiné-Bissau. In: Endruschat, Annette & Axel Schönberger (orgs.) *Portugiesische Kreolsprachen: Entstehung, Ausbau und Verwendung*. Frankfurt/Main: Domus Editoria Europaea, 2005, pp. 83-105.
- _____. *Ecolinguística - estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- Fill, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- _____ & Peter Mühlhäusler (orgs.) *The ecolinguistics reader*. Londres: Continuum, 2001.

_____, Hermine Penz & Wilhelm Trampe (orgs.) *Colourful green ideas*. Bern: Peter Lang, 2002.

Glasersfeld, Ernst von. Cognition, construction of knowledge, and teaching. *Synthese* 80 (1), 1989, pp. 121-140.

Halliday, M. A. K. News ways of meaning: The challenge of applied linguistics. In: Fill & Mühlhäusler (orgs.), 2001, pp. 175-202.

Haugen, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, pp. 325-339.

Mazel, David. American literary environmentalism as domestic Orientalism. In: Glotfelty, Cheryll & Harold Fromm (orgs.) *The ecocriticism reader*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1996, pp. 137-146.

Mufwene, Salikoko. *Language evolution, contact, competition and change*. Londres/N. York: Continuum, 2008.

Naess, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. *Inquiry* 16, 1973, pp. 16-100.

_____. Norway: a developing country with good prospects? *The trumpeter* 21(1), 2005.

Sapir, Edward. Língua e ambiente. *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, pp. 43-62 (trad. J. Mattoso Câmara Jr.).

Saussure, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973, 5ª ed.